



O ESPAÇO URBANO EM BRASÍLIA E O USO DO TERRITÓRIO COMO RECURSO: REFLEXÕES A PARTIR DE UM GRANDE PROJETO

The urban space in Brasília and territory use as a resource: reflections from a large project

El espacio urbano en Brasília y el uso del territorio como recurso: reflexiones desde un gran proyecto

André Vieira Freitas¹

RESUMO

O “Setor Noroeste” é um grande empreendimento urbano em fase de implantação na capital federal brasileira. Embora sua aprovação tenha ocorrido em 2008, esse bairro já era previsto em documentos anteriores acerca da revisão do “Plano Piloto de Brasília”, inserido no padrão de ordenamento territorial executado. Tomando como estudo de caso esse grande empreendimento, o presente artigo tem como objetivo investigar o atual sentido da política urbana no Distrito Federal (Brasil). Para tanto, o artigo se divide em duas seções. A primeira seção traz algumas considerações sobre o papel do Estado e da produção do espaço urbano em Brasília, a partir de uma reflexão acerca da relação entre espaço e território. A segunda seção apresenta o projeto e faz algumas considerações sobre sua concepção. A partir de uma síntese entre essas duas seções, a questão que se responde é como o projeto do “Setor Noroeste”, um grande empreendimento urbano, insere-se na dinâmica de uso do território da cidade atualmente. Por fim, como considerações finais, são destacadas algumas reflexões acerca do real sentido desse grande empreendimento e seus efeitos.

Palavras-chave: Espaço. Território usado. Grande projeto. Brasília. Setor Noroeste.

ABSTRACT

The “Setor Noroeste” (Northwest Sector) is a large urban development project being implemented in the Brazilian federal capital. Although its adoption has occurred in 2008, this neighborhood was already provide in previous documents on the revision of the “Brasilia Pilot Plan”, inserted in the pattern of territory ordaining run. Taking as a case study of this large project, this paper aims to investigate the current direction of urban policy in the Federal District (Brazil). To this end, the article is divided in two sections. The first section presents some considerations about the role of state and the production of urban space in Brasília, from a reflection on the relationship between space and territory. The second section presents the project and makes some considerations about its conception. From a synthesis between these two sections, the question to be answered is how the “Northwest Sector”, a large urban project, is part of the dynamics of territory use in the city today. Finally, as concluding remarks, are outlined some thoughts about the real meaning of this great enterprise and its effects.

Key-words: space, used territory, large project, Brasília, Setor Noroeste (Northwest Sector).

¹ Mestre em Geografia e Gestão do Território pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Geógrafo pela Universidade de Brasília (UnB) e professor na Faculdade Projeção. E-mail: andrevfr@gmail.com

RESUMEN

El "Sector Noroeste" es un proyecto urbano importante llevando a cabo en la capital federal de Brasil. Aunque se concede su aprobación en 2008, este barrio ya estaba previsto en los documentos anteriores sobre la revisión del "Plan Piloto de Brasília", inserta en el padrón del ordenamiento territorial ejecutado. Tomando como caso de estudio este gran proyecto, este trabajo tiene como objetivo investigar el sentido actual de la política urbana en el Distrito Federal (Brasil). Así, el artículo se divide en dos secciones. La primera sección ofrece algunas consideraciones sobre el papel del Estado y de la producción del espacio urbano en Brasília, a partir de una reflexión sobre la relación entre el espacio y el territorio. La segunda sección presenta el proyecto y hace algunas consideraciones sobre su concepción. A partir de una síntesis entre estas dos secciones, la pregunta a responder es cómo se incluye el proyecto "Sector Noroeste", gran proyecto urbano, en el uso del territorio de la ciudad actualmente. Por último, en sus observaciones finales, se ponen de relieve algunas reflexiones sobre el significado real de este gran proyecto y sus efectos.

Palabras-clave: espacio, territorio usado, gran proyecto, Brasília, Sector Noroeste.

INTRODUÇÃO

A aprovação do projeto do Setor Noroeste abre caminho para uma série de discussões acerca da relação complexa entre o Estado e o mercado imobiliário no cenário político da capital federal brasileira hoje. Como um grande projeto urbano em fase de implantação na cidade, a construção do Setor Noroeste se relaciona aos efeitos de outro grande empreendimento, o "Plano Piloto de Brasília". A partir desse grande projeto emblemático na história do país, estruturou-se um espaço urbano segregador, que contou com a forte atuação do Estado na gestão do território como proprietário da terra e agente especulativo. Entretanto, dadas às pressões do mercado imobiliário que ganhou força, alguns ajustes foram feitos, de modo que os agentes desse mercado hoje influenciam fortemente a tomada de decisão acerca da gestão do território, conduzindo à materialização de determinados projetos. É o caso da construção do "Setor Noroeste", um grande empreendimento urbano que, dada a sua magnitude, esboça o jogo de forças entre esses e outros agentes, hegemônicos e hegemonzados, no território do Distrito Federal.

Tomando como estudo de caso esse grande empreendimento, o presente artigo tem como objetivo investigar o atual sentido da política urbana no Distrito Federal. A questão que se investiga é como o Setor Noroeste, um grande projeto urbano, se insere na dinâmica contraditória de uso do território da cidade de Brasília atualmente.

O artigo se divide em duas seções. A primeira, a título de contextualização do grande empreendimento analisado, traz algumas considerações acerca do papel do Estado na condução da política urbana. Já a segunda seção apresenta o projeto e faz algumas considerações sobre sua concepção e efeitos, tal exposição é guiada por uma reflexão em torno da categoria território usado. A título de considerações finais, é feita uma síntese entre as duas seções, coroando a relação entre a produção do espaço urbano em

Brasília e o atual momento da política urbana no Distrito Federal, mostrando a inserção do projeto de Setor Noroeste nesse contexto, como emblemático do sentido que essa política tem atualmente.

O PAPEL DO ESTADO NA POLÍTICA URBANA NO DISTRITO FEDERAL

Para se lançarem as bases para a análise do grande projeto do “Setor Noroeste”, no sentido de contextualizá-lo, serão esboçados nesta seção alguns traços acerca da produção do espaço urbano em Brasília e sua materialização, no seio da dinâmica de ordenamento do território do Distrito Federal – a partir de uma perspectiva que relaciona os entendimentos de espaço e território.

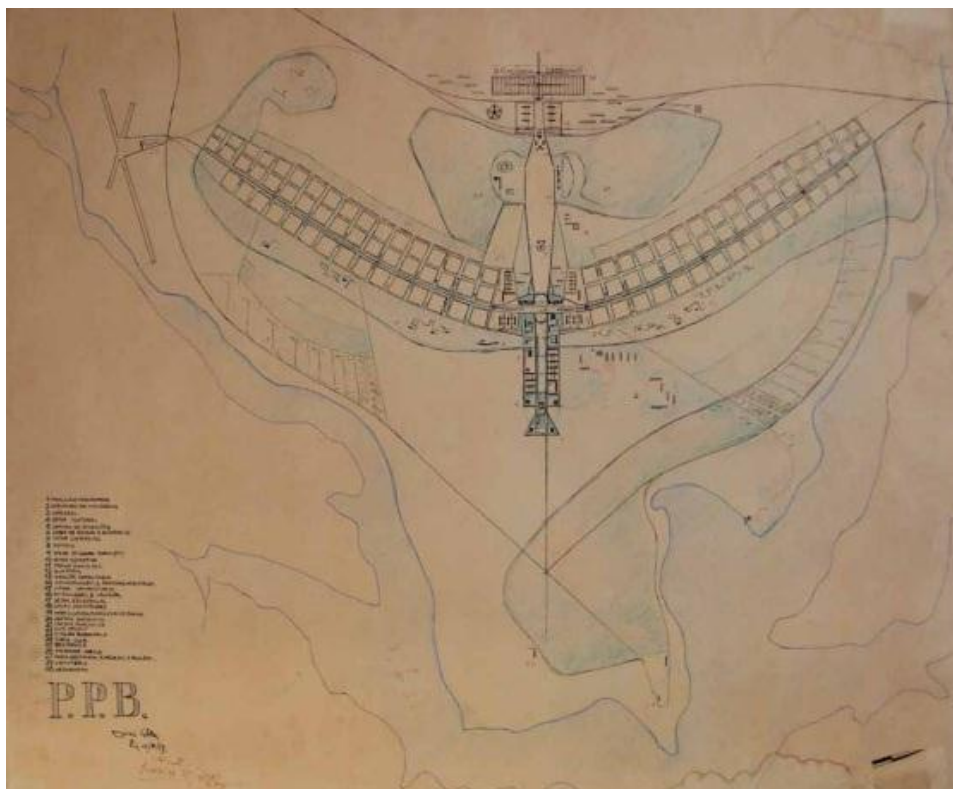
Nas reflexões mais básicas acerca do espaço geográfico, a partir da proposta teórica elaborada por Milton Santos, seria possível destacar dois aspectos, quando o autor aponta que “[...] o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima” (SANTOS, 2008, p. 62). Nessa relação simbiótica, a sociedade animaria a materialidade e, assim, produziria o espaço – que se apresenta, pois, como fundamentalmente social.

Como a sociedade humana em processo, realizando-se sobre tal base material, a produção do espaço é também historicamente determinada. Isso porque, de acordo com o mesmo autor, “[...] o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos” (SANTOS, 1986, p. 122).

Nesse sentido, para uma leitura da dinâmica do espaço urbano em Brasília hoje, é necessária uma leitura do processo historicamente determinado que o produziu e o segue produzindo, o que poderia tomar como marco, em meados do século XX, a idealização e implementação de um grande projeto marcante na história brasileira, o “Plano Piloto de Brasília”.

A ideia de transferir a capital para o interior do Brasil não é recente, remontando ao Império. Com a República, o assunto ganhou status constitucional, de modo que foi realizada, em 1892, durante o governo de Floriano Peixoto, a Missão Cruls, uma comissão exploradora do Planalto Central, que dois anos depois demarcou a área considerada apropriada para a construção da futura capital. Em 1953, sob comando legal então aprovado pelo Congresso Nacional, o governo democrático de Getúlio Vargas criou uma comissão para estudos definitivos sobre o local da nova capital federal no Planalto Central. Com as eleições de 1955 e a posse de Juscelino Kubitschek, a ideia ganhou mais corpo, afigurando como o principal ponto do seu plano de governo. O projeto da nova capital foi então convertido em lei e aberto concurso público para sua idealização, o qual selecionou o projeto de Lucio Costa (Figura 1) como ganhador (PAVIANI, 2007).

Figura 1. Projeto do "Plano Piloto de Brasília" elaborado por Lucio Costa.



Fonte: Leitão, 2009, p. 34.

A partir de concepções modernistas, o projeto do “Plano Piloto de Brasília” baseia-se em dois eixos que se cruzam em um desenho urbano projetado em harmonia com a paisagem, como cidade aprazível e, de modo a garantir a fluidez, como cidade eficiente e ordenada para o trabalho (COSTA, 1957). Com a pretensão de uma nova concepção de urbano, os alicerces do projeto se traduzem em quatro “escalas”: a “escala monumental”, que se relaciona aos aspectos simbólicos da sua função de capital federal e está configurada, sobretudo, no seu eixo monumental; a “escala residencial”, distribuída ao longo das Asas Sul e Norte, toma como base as “superquadras” – formadas cada uma por edifícios residenciais com o mesmo gabarito (até seis pavimentos) e pilotis, com chão livre e acessível a todos – rodeados por recursos paisagísticos e alternadas por quadras comerciais e equipamentos comunitários; a “escala gregária”, idealizada como uma área mais propícia ao encontro, está configurada na área central da cidade, envolvendo, a partir da Plataforma Rodoviária, diversos setores relacionados ao trabalho, aos serviços e ao lazer; por fim, a “escala bucólica”, relacionada à preservação paisagística e ao lazer, tendo como características a baixa densidade de ocupação, com predomínio de construções horizontais em harmonia com a paisagem e a vegetação constante ao longo da cidade, como “cidade parque” (BOTELHO, 2009).

Na sua concepção urbanística, de inspiração modernista, e acordando com o contexto no qual se materializou, como um grande projeto governamental sob o modelo desenvolvimentista então adotado, a construção de Brasília envolveu em sua gênese uma dupla função de “[...] pólo de desenvolvimento versus monofunção político-administrativa” (FERREIRA; STEINBERGER, 2005, p. 78). A primeira função relaciona-se à indução de fluxos migratórios e infraestrutura para o Brasil Central, como fomento à expansão do capital e à integração do território e sua modernização, sob um modelo urbano industrial que já se esboçava desde Vargas. A segunda função, por sua vez, relaciona-se à qualidade da cidade como capital federal, idealizada no sentido de servir às funções político-administrativas do aparelho de Estado.

O processo historicamente determinado de produção do espaço geográfico, no caso o espaço urbano em Brasília, como social, ganha concretude no território, no caso o do Distrito Federal, que foi e é constantemente constituído, transformado e (re)ordenado pelas relações sociais. Nessa senda, é possível compreender, acordando com Ribeiro (2005, p. 96), que “[...] o território é a dimensão materializada do espaço e, portanto, onde a dialética materialidade – imaterialidade, sempre presente na ação, apresenta maior concretude.” Reconhecendo esse aspecto, que envolve a materialidade e a vida social no território, pode-se entender, com Haesbaert (2006), o território como relacional. Segundo tal autor, “[...] o território é relacional não apenas no sentido de incorporar um conjunto de relações sociais, mas também no sentido [...] de envolver uma relação complexa entre processos sociais e espaço material” (HAESBAERT, 2006, p. 55).

A concepção de território, a partir de tal ótica, poderia abrir caminho para sua compreensão em relação à dinâmica de produção do espaço, o que levaria a assinalar no sentido do entendimento dos conceitos de espaço e território como complementares em um único processo. Essa compreensão complementar é a apresentada por Steinberger (2006, p. 62, grifo da autora), ao advogar que “não existe espaço sem território nem território sem espaço. Isso não quer dizer que um venha antes e o outro depois – são simultâneos. O que os une é o processo de totalização.” A referida complementaridade poderia ainda ser lida em um nexos apresentado por Santos (1986), quando tal autor aponta que o território “[...] se chama espaço logo que encarado segundo a sucessão histórica de situações de ocupação efetiva por um povo – inclusive a atual – como resultado da ação de um povo, do trabalho de um povo” (SANTOS, 1986, p. 189). Com tal espírito, seria possível compreender o espaço como o sistema e o território como sua base que se (re)constitui incessantemente ao longo do processo de produção do espaço, que, por sua vez, não se realiza sem o território. Por essa razão que seriam, então, simultâneos e complementares.

É nesse sentido que se pode fazer uma leitura de como as relações sociais animaram a materialidade e produziram o espaço urbano em Brasília, construindo, transformando e (re)ordenando o território do Distrito Federal. A contradição genética de Brasília apontada anteriormente se materializou no território de modo que

em paralelo à construção do “Plano Piloto”, para servir à função político-administrativa do aparelho de Estado, reservado a setores restritos que desfrutaram de elevado padrão de qualidade de vida viabilizado por vultuosos investimentos do Estado. Surgiram precariamente outros núcleos urbanos periféricos (como Taguatinga, Cidade Livre – mais tarde Núcleo Bandeirante, Sobradinho, Planaltina e Brazlândia – sendo que as duas últimas já existia antes da implantação de Brasília) para abrigar parte do fluxo migratório que veio para a cidade, mas para quem o projeto não foi pensado.

Quanto a essas localidades, comumente denominadas de “cidades satélites”, vale ressaltar que, como já apontava Vesentini, na década de 1980, as mesmas não são uma “aberração” frente ao “Plano Piloto”, pelo contrário, elas servem para reforçá-lo, numa relação de dependência (VESENTINI, 1985). A grande maioria surge pela mão do Estado, havendo, desde o princípio uma determinação muito mais política e ideológica que econômica (por exemplo, não danificar a “fisionomia” da cidade, nas palavras de Lucio Costa). A lógica perversa era a seguinte: quem não tinha a possibilidade, dentro dos programas do Estado ou por meio do mercado, de arcar com os custos (altos) do Plano Piloto, que fosse morar longe.

Esse aspecto híbrido, de reforçar o “Plano Piloto” e abrir novos núcleos urbanos para a absorção da demanda excedente, que materializa no território do Distrito Federal a segregação na produção do espaço urbano em Brasília, foi um aspecto marcante na política urbana, que teve o Estado constantemente atuando com grande peso como o proprietário da terra. Segundo Campos (1991), houve um processo de segregação socioespacial planejada, alicerçado em uma ideologia de planejamento urbano enquanto técnica de base científica (VILLAÇA, 1999), que consistiu em uma fachada para operações capitalistas (SANTOS, 2003).

No que se refere à política urbana no Distrito Federal, Ferreira e Steinberger (2005) identificam duas dimensões geopolíticas do modelo de gestão territorial. A primeira, caracterizada como “estatização do território”, que teria prevalecido inicialmente, seria marcada pela forte presença do Estado com normas rígidas quanto ao uso e à ocupação da terra, monopólio do Estado. Já a segunda, denominada “privatização do território”, teria prevalecido posteriormente e seria marcada pela flexibilização das normas de controle do uso e ocupação do solo em decorrência de ajustes às pressões do mercado imobiliário.

Essas duas dimensões teriam afetado profundamente a dinâmica espacial em Brasília, sendo particularmente pertinente para a sua compreensão atualmente. Segundo as autoras,

[...] a estruturação do espaço urbano de Brasília é marcada por um processo de gestão no qual o jogo de forças é polarizado entre: a) ação do Estado, no sentido de construir e controlar a expansão da cidade nova e moderna [...]; e b) ação dos agentes privados que, seguindo a mesma lógica das demais metrópoles brasileiras amplia o tecido urbano e gera um aglomerado urbano de grandes proporções. O modelo de gestão do território implantado sintetiza a interação entre essas duas forças, guardando os conflitos dela resultantes. (FERREIRA; STEINBERGER, 2005, p. 75-76).

A partir da síntese entre essas forças que podem ser agrupadas nas ações do Estado e dos agentes privados, sobretudo do mercado imobiliário, é possível entender que Brasília hoje vai muito além do seu “Plano Piloto”, englobando todo o quadrilátero do Distrito Federal, além dos municípios próximos diretamente ligados à dinâmica dessa cidade, por meio do processo de metropolização perversa em curso (PENNA, 2008, p. 200), que tem como marca a segregação socioespacial que reforça e valoriza a sua área *core*, o “Plano Piloto”.

Como destaca Maricato (2001) acerca da dinâmica urbana no Brasil, o crescimento urbano sempre se deu com exclusão social e assim segue. A produção do espaço urbano em Brasília, como não poderia deixar de ser, coaduna com o segregador processo de urbanização brasileira. Entretanto, em Brasília, é ainda mais nítido o forte papel do Estado que hoje se alia mais intimamente ao capital imobiliário. Um exemplo emblemático é a idealização e implementação do Setor Noroeste, uma área nas proximidades do projeto inicial da cidade que foi especulada pela ação do poder público e hoje é colocada à disposição do mercado imobiliário por meio de um grande empreendimento, sintetizando o atual momento da política urbana no Distrito Federal.

O PROJETO DO SETOR NOROESTE – USO DO TERRITÓRIO COMO RECURSO

A partir dos marcos apresentados, como uma contextualização acerca da produção do espaço urbano em Brasília e da política urbana adotada na gestão desse território, a análise da idealização e implementação do projeto do Setor Noroeste, realizada nesta segunda seção, é guiada por breves reflexões acerca da categoria “território usado”, de modo que esse projeto é contemplado como um grande empreendimento urbano que, na sua materialização, revela a oposição entre atores radicalmente distintos acerca do uso desse território.

Tendo em vista a relação entre os conceitos de espaço e território apresentada na seção anterior, entende-se que a categoria território usado aponta justamente para tal complementaridade. No sentido de enfatizar a dinamicidade no fazer geografia, Santos (2005) defende essa categoria afirmando que “[...] é o uso do território, e não o território em si, que faz dele objeto de análise social” (SANTOS, 2005, p. 255). Trata-se, pois, de destacar o movimento, como apresenta Silveira (2008, p. 3, tradução nossa):

O território usado não é uma coisa inerte ou um palco onde a vida se dá. Ao contrário, é um quadro de vida, híbrido de materialidade e de vida social. Sinônimo de espaço geográfico, pode ser definido como um conjunto indissolúvel, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações (M. Santos, 1996). É o território propriamente dito mais as sucessivas obras humanas e os homens na atualidade. É o território feito e o território se fazendo, com técnicas, normas e ações.

Trata-se de ver o território a partir do seu uso, que, realizado por objetos e ações, anima/dá vida ao território. Nesse sentido, seria possível compreender o espaço como sistema e o território usado como a realização constante da dinâmica acontecendo. Destarte, o uso do território inclui todos os atores, como destacam Santos *et al.* (2001), já que todos são partícipes da dinâmica espacial.

Uma perspectiva do *território usado* conduz à idéia de espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço. Trata-se do espaço de todos os homens, não importa suas diferenças; o espaço de todas as instituições, não importa a sua força; o espaço de todas as empresas, não importa o seu poder. Esse é o espaço de todas as dimensões do acontecer, de todas as determinações da totalidade social. (SANTOS *et al.*, 2001, grifo dos autores).

Por incluir todos os atores, essa categoria permite captar as relações desiguais de força inerentes à dinâmica social, como é possível denotar da colocação de Silveira (2008) que, corroborando o entendimento de Santos, afirma que “[...] o território usado inclui todos os atores [...] independentemente de sua força diferente, *apesar de sua força desigual*” (SILVEIRA, 2008, p. 3, tradução e grifo nossos). Assim, na inclusão de todos os atores, a categoria permite ver as contradições entre eles, como se pode ver na reflexão de Santos *et al.* (2001) acerca do território usado para os atores hegemônicos e para os atores hegemonzados.

Para os atores hegemônicos o *território usado* é um recurso, garantia da realização de seus interesses particulares [...].
Os atores hegemonzados têm o território como um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares. (SANTOS *et al.*, 2001, tradução nossa).

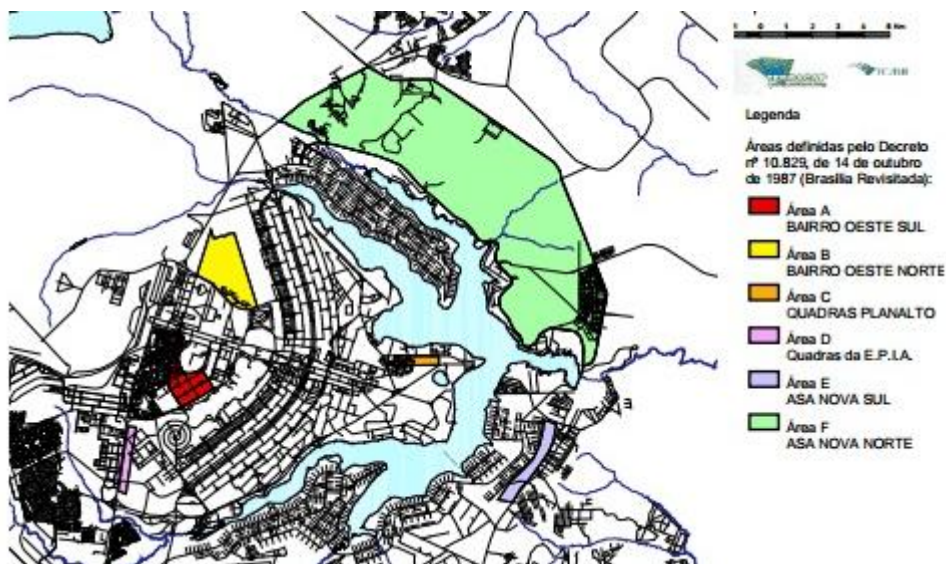
Essa contradição no uso do território a partir da força desigual dos atores, hegemônicos e hegemonzados, torna-se latente quando se contempla a território da cidade, coadunando com a segregação socioespacial. Quanto à dinâmica urbana em Brasília, marcada atualmente pela forte atuação do Estado em parceria com os atores do mercado imobiliário, essa contradição no uso do território pode ser ilustrada pelo projeto do Setor Noroeste.

A destinação da área para o Setor Noroeste foi proposta em 1987, no documento “Brasília Revisitada” (Decreto 10.829/87), uma “revisão” do projeto do “Plano Piloto de Brasília” que subsidiou o tombamento de parte da cidade (dentro dos limites do projeto inicial de Lucio Costa) pelo governo federal e a inscrição de seu conjunto urbanístico pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) na Lista do Patrimônio Mundial, como “Bem Cultural da Humanidade”, em 11 de dezembro de 1987.

Esse documento propõe algumas áreas de expansão urbana (Figura 2), dentro da Bacia do Paranoá e com padrão urbanístico semelhante ao projeto do “Plano Piloto de Brasília”. Essas áreas (ilustradas na Figura 2) são: Oeste Sul (A), Oeste Norte (B), Quadras Planalto (C), Quadras da E.P.I.A. (D), Asa Nova Sul

(E) e Asa Nova Norte (F). Dessas áreas, atualmente se encontra construída a área A, o “Setor Sudoeste” (aprovado pelo Decreto 11.433, de 30 de janeiro de 1989) e, em fase de construção, a área B, o “Setor Noroeste” (aprovado pelo Decreto n.º 28.684, de 15 de janeiro de 2008).

Figura 2. Áreas para expansão urbana no documento "Brasília Revisitada".



Fonte: Estudo de Impacto Ambiental da Área de Expansão Urbana Noroeste (TC/BR, 1998).

Como um grande empreendimento urbano aprovado em 2008 e em fase de implantação a partir de 2009, na Região Administrativa I – Plano Piloto, dentro do polígono de tombamento como patrimônio cultural, o projeto abrange cerca de 825 ha, compreendendo o Parque Burle Marx, o Setor Habitacional Noroeste, o Setor de Recreações Norte e a encosta Bananal. A população estimada para o Setor Habitacional Noroeste é de 40 mil habitantes. Para abrigar essa população, nos padrões da escala residencial no projeto de Lucio, são previstas 20 Superquadras com edifícios residenciais de 6 pavimentos, pilotis e faixas de arborização; complementarmente também são previstas edificações de uso misto das nas áreas de comércio local (dispostas em 5 quadras comerciais) e de atividades. Em paralelo estão previstas obras de revitalização do Parque Burle Marx, sob inspiração da “escala bucólica” no projeto de Lucio Costa, com foco no conforto paisagístico e no lazer para os moradores (TC/BR, 1998).

Como se pode denotar da sua localização, na área core do Distrito Federal, e dos padrões urbanísticos adotados, trata-se de um empreendimento urbano voltado para as classes mais abastadas, sobretudo quando se considera as dimensões do mercado imobiliário em Brasília atualmente. Considerando o padrão dos edifícios, a magnitude do projeto e a sua localização, as empresas do setor imobiliário promoveram forte propaganda quanto ao novo bairro, no sentido de elevar o preço dos apartamentos. No

entanto, após os primeiros lançamentos, houve uma queda no valor dos imóveis, o que se relaciona tanto a uma tendência de desaquecimento do mercado imobiliário em Brasília quanto ao fato de o bairro ainda não estar consolidado, apresentando, por exemplo, deficiência na oferta de serviços, quando comparada a outras áreas próximas.

No que se refere à “escala bucólica”, no projeto há uma apropriação do Parque Burle Marx visando à harmonia paisagística, o que, quando se consolidar, também terá impactos no valor dos imóveis, com tendência a valorizá-los. Ademais desses elementos, há que se considerar a configuração edifício-urbana do Setor Noroeste: mais uma vez excludente, pela própria configuração arquitetônica, *lato sensu* – isto é, edificação e urbana. Igualmente, não é um condomínio fechado, mas funciona como tal: note-se a falta de articulação do sistema viário interno com as vias do entorno. Não se precisou de muros para isolar sua população: a configuração, por outros meios, dá conta disso.

No que tange à situação fundiária, a quase totalidade da área é de propriedade da Terracap (Companhia Imobiliária de Brasília) que, na fase de implantação do projeto vem procedendo com a licitação das terras para as construtoras, acompanhadas de obras de infraestrutura realizadas pelo Governo do Distrito Federal. Entretanto, as terras então licitadas, apesar da posse da Terracap, não constituíam terras “vazias”, pois eram habitadas há décadas por distintas comunidades indígenas e famílias catadores de materiais recicláveis, encarados pelos empreendedores como “entraves” para o “progresso” na capital moderna. Ilustrando a concepção de Castro (2005, p. 53) do “[...] território como materialidade e arena dos interesses e das disputas dos atores sociais”, esses grupos, sobretudo os indígenas, fizeram daquela porção do território a arena de distintos embates, de ordem jurídica, com as distintas tentativas de impedir as obras, sobretudo via Ministério Público, o que contou com as respectivas reações na via judicial pelos empreendedores; de ordem simbólica, com a imagem do bairro ecológico e moderno em contraposição à base para reprodução da vida dos carroceiros e indígenas; mas embates até mesmo físicos, com o enfrentamento de seguranças privados das empreiteiras e policiais com manifestantes e indígenas. Esse caso ilustra, mais uma vez, o embate de sujeitos sociais distintos, com interesses conflitantes, pelo território. É o velho filme da ocupação do Distrito Federal, “revisitado”, para usar termo da revisão do Plano Piloto.

Nesses embates, em que venceram os empreendedores, tendo em vista que o projeto segue se materializando, seria possível fazer uma reflexão, acerca do entendimento de territorialidades e do processo de desterritorialização. Enquanto essa porção do território do Distrito Federal era especulada – visto que essa é uma área bastante estratégica pela sua proximidade à oferta de serviços – os grupos de carroceiros e indígenas lograram a reprodução da própria vida, nos seus aspectos materiais e imateriais; em outros termos, eles se territorializaram, acordando com a concepção de Corrêa (2004), para quem a territorialidade “[...]”

refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um território por um determinado agente social” (CORRÊA, 2004, p. 251). Entretanto, quando os atores do mercado imobiliário imiscuídos no aparelho de Estado encontraram o momento favorável para o lançamento do seu grande empreendimento, aqueles atores de menor força no contexto político acabaram por ser, não sem enfrentamentos, dissociados da sua base de reprodução da vida, em outras palavras, foram desterritorializados, como um processo de exclusão, de precarização socioespacial (HAESBAERT, 2006).

O projeto do Setor Noroeste, como um grande empreendimento urbano releva a oposição entre o território usado como recurso e como abrigo (SANTOS, *et al.* 2001). Como abrigo por alguns grupos, no caso os carroceiros e indígenas que ali viviam, e como recurso pelos grandes empreendedores imobiliários que se apropriam daquela porção do território com o loteamento dos imóveis para a construção de edifícios voltados para as classes mais abastadas. Esse processo mediado pelo Estado revela os imperativos do dinheiro repercutindo no plano político, com a atuação direta do Poder Executivo local e a licitação dos imóveis pela Terracap, uma empresa pública distrital imiscuída pelo capital imobiliário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção do espaço urbano em Brasília, preten(cio)samente, pensada para ser um novo padrão de cidade, ao menos no discurso, coaduna, na realidade, com o segregador processo de urbanização no Brasil, como não poderia deixar de ser. Esse processo se materializou no território da cidade de modo que a área do “Plano Piloto de Brasília” foi crescentemente valorizada, com a devida reserva de algumas áreas dentro desse polígono, que depois foi tombado, para as classes mais abastadas em um processo de especulação a partir da ação do Estado, com o discurso de preservação. Em paralelo, houve um espraiamento da cidade a partir de distintos núcleos, que hoje conformam a dinâmica de Brasília como uma metrópole.

No que tange à gestão do território da cidade, é possível perceber que o Estado atuou fortemente e, mais recentemente, suas ações se alinham às demandas do pujante mercado imobiliário que se estruturou. Nesse sentido, é possível afirmar que a aliança entre Estado e capital imobiliário denota os traços da política urbana no Distrito Federal atualmente.

Destarte é que se pode analisar a implantação do Setor Noroeste, um grande projeto urbano que tem sua gênese a partir dos efeitos da implantação de outro grande projeto emblemático na história brasileira, a construção da nova Capital Federal a partir do “Plano Piloto de Brasília”. Prevista como uma das áreas de expansão desse “Plano”, essa área foi especulada entre a aprovação do documento “Brasília Revisitada” (1987) e a aprovação do projeto do Setor Noroeste (2008). Nesse contexto, dada a correlação de forças

favorável e o atendimento do Estado aos anseios do mercado imobiliário, esse novo grande projeto é, pois, emblemático do atual momento da política urbana local.

É válido afirmar ainda que o processo excludente de produção do espaço urbano em Brasília revela atualmente a força do uso do território como recurso, desterritorializando aqueles atores de menor força que têm o território como abrigo e base para a reprodução da vida. Esse é um dos efeitos revelados por esse grande empreendimento urbano que se materializa na capital federal a partir da promoção da cidade como negócio, com base no uso do território como recurso, canalizando verbas públicas para lucros privados e acentuando a segregação socioespacial na cidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Contém as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado, 1988.

BOTELHO, Lídia Adjuto. O princípio das escalas no plano urbanístico de Brasília: sentido e valor além da proporção. *In*: LEITÃO, Francisco (Org.). **Brasília 1960-2010: passado, presente e futuro**. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009.

CAMPOS, N. A. Segregação Planejada. *In*: Aldo Paviani. (Org.). **A Conquista da Cidade**. Brasília: Universidade de Brasília, 1991.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. *In*: SANTOS Milton *et al.* (Org.). **Território: Globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

COSTA, Lucio. Relatório do Plano Piloto de Brasília, Módulo; **Revista de Arquitetura e Artes Plásticas**. Rio de Janeiro, 3 (8): 33 - 48, julho de 1957.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto** n.º 10.829, de 14 de outubro de 1987. Regulamenta o art. 38 da Lei n.º 3.751 de 13 de abril de 1960, no que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília.

_____. **Decreto** n.º 11.433, de 03 de fevereiro de 1989. Define o parcelamento do Setor Sudoeste.

_____. **Decreto** n.º 28.684, de 15 de janeiro de 2008. Aprova o Projeto Urbanístico de Parcelamento do Setor de Habitações Coletivas Noroeste - SHCNW, na Região Administrativa Plano Piloto - RA I.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa; STEINBERGER, Marília. O modelo de gestão de Brasília e as políticas urbanas nacionais. **Cadernos Metrópole – Desigualdade e Governança**. São Paulo, 2005, v. 14, pp. 67-83.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. *In*: SANTOS, Milton *et al.* **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LEITÃO, Francisco (Org.). **Brasília 1960-2010: passado, presente e futuro**. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: Alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.

PAVIANI, Aldo. Geografia urbana no Distrito Federal: Evolução e tendências. **Espaço & Geografia**, Vol.10, N. 1 (2007), 1:22.



_____. **Empreendedorismo e Planejamento Urbano em Brasília**: da máquina de morar à máquina de crescimento urbano. In: PEREIRA, Elson Manoel (Org.). *Planejamento Urbano no Brasil. Conceitos, diálogos e Práticas*. Chapecó: Argos Editora Universitária, 2008.

RIBEIRO, Ana Clara Torres Ribeiro. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres *et al.* **Formas em crise**: utopias necessárias. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. O retorno do território. In: OSAL: **Observatorio Social de América Latina**. Ano 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2009.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton *et al.* O papel ativo da geografia: um manifesto. *Biblio 3W - Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona. Nº 270, 24 de janeiro de 2001.

SILVEIRA, María Laura. Globalización y territorio usado: imperativos y solidaridades. **Cuadernos del CENDES**, Caracas, ano 25, n. 69, p. 1-19, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.org.ve/pdf/cdc/v25n69/art02.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2010.

STEINBERGER, Marília. Território, ambiente e políticas públicas espaciais. In: _____ (Org.). **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: LGE Editora e Paralelo 15, 2006.

TC/BR (Tecnologia e Consultoria Brasileira S/A); TERRACAP (Companhia Imobiliária de Brasília). **Estudo de Impacto Ambiental da Área de Expansão Urbana Noroeste** – Vol. I, Brasília, 1998. Disponível em: <<http://www.terracap.df.gov.br/internet/index.php?scid=94&scant=67>>. Acesso em: 01 maio 2012.

VESENTINI, José William. Construção do espaço e dominação – considerações sobre Brasília. In: **Teoria & Política**. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1985. Ano 2, n. 7. pp. 102-121.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**: falhas e façanhas. São Paulo: Edusp, 1999.